

Área temática: Desenvolvimento e Espaço: ações, escalas e recursos

Grandes projetos de desenvolvimento e implicações sobre as populações locais: o caso da usina de Belo Monte e a população de Altamira, Pará.

Samira El Saifi¹, Ricardo de Sampaio Dagnino²

Resumo

Este artigo aborda a questão do desenvolvimento, buscando enfatizar as noções de desenvolvimento nos grandes projetos econômicos na Amazônia, em especial os projetos hidrelétricos. Nossos objetivos são (1) questionar o conceito de desenvolvimento; (2) analisar em que medida tais projetos econômicos estão inseridos no cenário econômico local e global; (3) avaliar se eles são promotores de justiça social, avaliando algumas de suas consequências para as populações locais; e (4) analisar o processo de construção da hidrelétrica de Belo Monte e as consequências geradas para as populações locais, especialmente para a população do município de Altamira/PA.

Palavras-chave: desenvolvimento, projetos hidrelétricos na Amazônia, hidrelétrica Belo Monte.

Abstract

This article deals with the development issue, in order to emphasize its concept on large economic projects in the Amazon, especially hydropower projects. Our goals are (1) question the concept of development, (2) examine the extent to which such economic projects are included in local and global economic scenarios, (3) evaluate whether they are promoters of social justice, and some of its consequences for local populations, and (4) analyze the process of Belo Monte hydroelectric dam construction and the consequences generated for local people, especially for the population of Altamira / PA municipality.

Keywords: development, hydroelectric projects in the Amazon, Belo Monte Dam.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Bolsista do CNPq – Brasil. Contato: samira@nepo.unicamp.br.

² Doutorando em Demografia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Bolsista do CNPq – Brasil. Contato: ricardosdag@nepo.unicamp.br.

Projetos de desenvolvimento e/ou de inversão de capital

Quando se analisa mais detidamente o debate sobre desenvolvimento, percebe-se que os grandes projetos de investimentos econômicos não devem e nem podem ser confundidos com um projeto de desenvolvimento, seja ele local, regional e/ou nacional. Para defender esta visão, ao longo deste trabalho, faz-se uso de diversos autores, nos quais nos apoiamos e cujos trabalhos questionam as noções dominantes de desenvolvimento, atreladas prioritariamente a indicadores econômicos. A literatura sobre o tema oferece amplos e convincentes argumentos para sustentar visões de desenvolvimento que se apóiam prioritariamente em princípios éticos e de justiça social.

De acordo com Bueno Sánchez (1990, p.7), tem ganhando força a concepção de que o desenvolvimento econômico e social de um país ou região deve estar fundamentalmente dirigido a elevar a qualidade de vida da população em sua totalidade e de cada indivíduo que a integra. Aqui se destacam esforços de algumas políticas de desenvolvimento em incluir ações que tendem a ampliar as oportunidades das pessoas para melhorar as condições de vida e alcançar a realização plena da personalidade humana. Neste marco, se torna evidente que, para o estudo dos efeitos demográficos de projetos de desenvolvimento, é necessário um maior grau de concretude ou uma maior elaboração do que se entende por projeto de “desenvolvimento”; ele necessariamente deve refletir algo mais que um simples projeto de “inversão”.

Ao se analisar uma região, não se deve ter em conta somente a expansão na base material, mas também o nível de pobreza, o desemprego e a desigualdade. Segundo Bueno Sánchez (1990, p.7), se estes aspectos evidenciam uma tendência à desaparecimento, então se pode afirmar que está conseguindo gerar um processo de desenvolvimento ou que, em determinado momento, foi alcançado um dado grau de desenvolvimento. Se a situação é inversa, se estes problemas se agravaram, independentemente do que se tenha produzido – por exemplo, um incremento no PIB per capita seria um equívoco falar em desenvolvimento

Os modelos de desenvolvimento adotados no país têm feito clara opção pela especialização e exportação de commodities em detrimento do crescimento econômico pautado pela industrialização, cujo ciclo econômico é tido como mais virtuoso em termos de empregabilidade e sustentabilidade.

Existe uma grande tendência dos estudos sobre desenvolvimento regional em enfatizar os resultados positivos da especialização mais do que a diversificação como um fator favorável às regiões que buscam uma inserção competitiva nos mercados, como mostra Breitbach (2005, p. 2-3). Na visão dessa autora (2005, p.3), pode-se afirmar a respeito das economias territoriais (1) especializadas e (2) diversificadas que:

(1) A especialização tornou-se a palavra-chave para uma inserção competitiva no mercado mundial, virou sinônimo de progresso, sinal de bom desempenho econômico e sinal de modernidade. As economias territoriais especializadas são identificadas como regiões onde um produto ou uma cadeia produtiva dominam o tecido econômico regional (p.ex., os distritos industriais e clusters).

(2) A diversificação pode ser um pilar importante para o desenvolvimento regional por atuar como uma alternativa em resposta às incertezas e riscos que reinam atualmente no âmbito da economia mundial. Regiões diversificadas estão mais aptas a reagir a riscos e incertezas que caracterizam a economia globalizada, por outro lado, uma grande especialização pode trazer uma maior vulnerabilidade à região, ficando essa à mercê das oscilações dos mercados.

Acselrad (2008, p. 21) chama a atenção para uma vertente de estudos que propõe colocar a cidadania como condição do desenvolvimento e que esta cidadania esteja baseada na integração e na diversificação (ou desespecialização, como denominou) das economias locais:

“Um desenvolvimento descentralizado buscaria elevar os graus de autosuficiência microregional, estimulando a produção para o autoconsumo, a integração e desespecialização de certas economias locais, reduzindo sua dependência frente às dinâmicas nacionais e globais.”

Essa disputa entre diversificação e especialização econômica pode ser também identificada no conflito entre os modelos endógeno e exógeno, no sentido colocado por Becker (2007, p. 126). Segundo ela, o modelo exógeno teve maciça predominância histórica. Trata-se de um modelo baseado numa visão externa ao território e que privilegia as relações com as metrópoles do exterior. Mas essa predominância teve um recuo no final do século XX, especialmente em 1985. Nesse sentido, Becker (2007, p.126) destaca o esgotamento do nacional-desenvolvimentismo e da intervenção do Estado na economia e no território e o processo de criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, que simboliza um movimento de resistência das populações contra a expropriação da terra, somado à pressão ambientalista internacional e nacional. Assim, o ano de 1985 representa um marco no resgate pelo modelo endógeno.

Para a autora, um novo marco se dá no ano de 1996, quando o projeto ambientalista propõe a formação de imensos corredores ecológicos para a proteção ambiental, constituídos de mosaicos de áreas protegidas. Por outro lado, no mesmo ano, o governo federal – depois de uma década de omissão – retoma o planejamento (Programa Brasil em Ação), resgatando e fortalecendo o modelo exógeno, e propondo a implantação de grandes corredores de desenvolvimento. Tais projetos evidenciam a desarticulação entre as políticas –

evidentemente conflitantes – de um mesmo governo. Nas palavras de Becker (2007, p. 126-127):

“Corredores de transporte e corredores de conservação implementam, respectivamente, os modelos exógeno e endógeno orientados por políticas públicas paralelas e conflitantes. (...) A coexistência conflitiva dos modelos endógeno e exógeno marcou a região configurando a incógnita da heartland. Mas ela também influenciou na alteração do interesse nacional e nas próprias políticas públicas. (...) As políticas públicas passaram a refletir o interesse nacional em seus valores históricos atualizados pela incorporação das demandas da cidadania, e é essa transição que se expressa em duas políticas públicas paralelas desarticuladas e conflitantes. Ambas visam o desenvolvimento numa estratégia territorial seletiva, mas o desenvolvimento previsto por uma e pela outra, mais que diversos, são opostos. Uma baseia-se no favorecimento de novos investimentos para infra-estrutura e outra está direcionada para as populações locais e a proteção ambiental.”

Para além disso, é preciso enfatizar que um projeto de desenvolvimento econômico e social deve ser pautado pelo respeito às diversidades regionais e culturais. Projetos de inversão de capital não raramente são travestidos – e vendidos – como projetos de desenvolvimento. Para uma parte expressiva de estudiosos da economia e da sociedade o desenvolvimento, para merecer esse nome, deve pressupor e incorporar outras dimensões.

Corroborando com Brandão (2011, p.22):

“Torna-se indispensável aprender a investigar e a realizar um balanço adequado das recorrências, persistências e das rupturas e transformações ao longo de um processo histórico sem linearidades, indagando como se forjaram e evoluíram suas vias, padrões e estilos de desenvolvimento”.

Nesse sentido, observa-se claramente, por um lado, que há descontinuidade de políticas sociais e ambientais voltadas para a região amazônica, ao passo que, em contrapartida, há sim recorrência de uma lógica de exploração econômica desde os primeiros projetos econômicos voltados para a região, aos quais não nos deteremos aqui. Entretanto, Kohlhepp (2002, p.53), afirma que a Amazônia, desde o início da década de 70, tem sido palco de experiências desenvolvimentistas e de continuados conflitos de interesses não encarados com a devida importância, sendo muito presentes historicamente a especulação, a ilegalidade, a corrupção e a violência.

Segundo Brandão (2011, p.21) o ideal em um projeto de desenvolvimento é que ele seja transformador da realidade e que seja promovido simultaneamente em várias dimensões (produtiva, social, tecnológica, etc.) e em várias escalas

especiais (local, regional, nacional, global, etc.). O projeto de desenvolvimento defendido por este autor deve fortalecer a autonomia de decisão e ampliar o raio de ação dos sujeitos concretos, produtores de determinado território.

O que se percebe é que os projetos desenvolvimentistas na Amazônia vão em sentido oposto ao mencionado por Brandão (2011), dado que as decisões estratégicas para a região relativas aos grandes projetos de infraestrutura ocorrem de forma a tentar limitar o poder das populações e movimentos sociais locais e regionais. Para tanto os agentes desses projetos de desenvolvimento, que na verdade não passam de projetos de investimento, recorrem às tentativas de cooptação, manipulação de informações, manipulação das leis e até mesmo à violência física e psicológica. Um exemplo atual de aplicação de tais estratégias pode ser verificado no caso de Belo Monte. Não são poucas as acusações feitas ao governo e ao consórcio responsável por sua construção, a Norte Energia S.A., de tentarem minar as forças contestatórias e a potência das coalizões de agentes contrários ao projeto (tais como ONGs socioambientalistas, ribeirinhos, indígenas, líderes religiosos e sociais, dentre outros) à base de ações que fazem uso de estratégias como as mencionadas acima, antiéticas e mesmo ilegais.

Kohlhepp (2002, p.53) afirma que:

“Somente com a criação de condições gerais de caráter político de alto nível será possível concentrar as atividades dos diferentes grupos sociais e suas reivindicações e direitos de uso de terra num desenvolvimento regional adaptado às características ecológicas e às necessidades sócio-econômicas da população envolvida”.

O autor enfatiza a necessidade de projetos públicos para a região que levem em consideração a “relevância social para a população regional” e que sejam compatíveis com a preservação ambiental. Para ele, a análise custo/benefício de um determinado projeto de desenvolvimento na Amazônia deve conter fortemente critérios éticos, necessários para pensar processos sociais qualitativamente superiores àqueles voltados meramente à exploração de recursos naturais, nos quais a região é encarada apenas como reserva de matéria-prima.

A idéia de desenvolvimento com justiça ambiental é levantada por Leroy e Acselrad (2009, p.202):

“Considera-se que não é justo que os altos lucros das grandes empresas se façam à custa da miséria da maioria, pois o desenvolvimento com justiça ambiental requer uma combinação de atividades no espaço de modo a que a prosperidade de uns não provenha da expropriação dos demais”.

Belo Monte e as hidrelétricas na Amazônia: Quem ganha e quem perde?

Assim, na Amazônia brasileira, depois de vários projetos concluídos de usinas hidrelétricas (Tucuruí, Balbina, Curuá-Una, Samuel) e de outros que estão em processo de construção (Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira, por exemplo), a Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte ou Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) de Belo Monte, como os empreiteiros gostam de chamá-la, começou a ser construída em julho de 2011. Isso ocorreu mesmo com as amplas argumentações contrárias à obra, vindas de movimentos sociais, juristas, ambientalistas, além da persistente resistência daqueles que serão diretamente atingidos por ela, sobretudo as populações indígenas e ribeirinhas.

Sendo assim, ao abordarmos Belo Monte, principal obra do Programa de Aceleração do Crescimento dos governos Lula e Dilma – mas que tem suas origens no período de ditadura militar (1964-1985) -, nos deparamos com características do projeto que nos levam a afirmar que, em realidade, trata-se de um projeto de inversão pública de capital para atender interesses privados, e, portanto, não corresponde a um projeto de desenvolvimento, no sentido de que não deverá gerar melhorias nas condições de vida do conjunto da população da região.

Para além disso, é preciso levar em consideração a ausência de debates aprofundados sobre a necessidade de construir uma usina tendo em vista que as populações rural e urbana já são atendidas nas suas necessidades de energia elétrica e, também, tendo em vista que essa usina foi planejada para fornecer energia para os grandes empreendimentos na região. De acordo com Sevá Filho et al (2005c, p.140), Belo Monte seria uma contrapartida do Estado para favorecer um projeto de mineração de bauxita a ser construído há quilômetros de distância de Altamira:

“No estudo de viabilidade do projeto Belo Monte, entregue à Anael em 2002, ficou definida uma nova linha de transmissão em 230 kV, a partir da Casa de Força complementar do complexo hidrelétrico (no paredão do vertedouro da Ilha Pimental, com 182 MW previstos) e ligando à Subestação Altamira. **Esta carga plena está muito longe da demanda atual e de qualquer demanda provável nos próximos anos, pois os principais núcleos urbanos já estão na rede, e a eletrificação rural avança pouco e já incluiu vários trechos mais densamente ocupados.** A única possibilidade lógica de transmitir 450 MW ou mesmo 200 MW para esta região seria ligar a região de Óbidos, e a de Juruti Velho, a Sudoeste, na rota para Parintins (AM), onde se noticia atualmente um projeto de mineração de bauxita, matéria prima do alumínio.”
(Grifo nosso)

Porém, para a Comissão Mundial de Barragens (CMB), não se trata demonizar as barragens e as usinas hidrelétricas, sendo fundamental reconhecer que elas foram e podem ser úteis para a população, porém algumas precauções devem ser tomadas. A Comissão Mundial de Barragens (CMB) reuniu diversos especialistas sobre o tema e realizou um detalhado relatório sobre os efeitos das usinas hidrelétricas, após mais de dois anos de intensos estudos, reflexão e diálogos com partidários e oponentes de grandes barragens. A CMB (2005, p.303) defende que as barragens prestaram uma importante e significativa contribuição ao desenvolvimento humano, e os benefícios derivados delas foram consideráveis; entretanto, com a construção de barragens, entre 40 e 80 milhões de pessoas foram fisicamente deslocadas em todo o mundo e as populações afetadas sofreram freqüentemente efeitos adversos sobre sua saúde e meios de subsistência, decorrentes das mudanças no meio ambiente e da ruptura social. (CMB, 2005, p. 306-307).

No sentido de relativizar os efeitos positivos e negativos da construção de infraestrutura, Becker (2007, p. 141), ao tratar do Plano Amazônia Sustentável (PAS), reconhece que a construção de infra-estrutura é vital tanto para as populações regionais, para as quais a energia e as vicinais são fundamentais, quanto para a integração continental, como também para os agronegócios, para os quais as redes são imprescindíveis. Porém a autora sinaliza que a infraestrutura pode e deve abrir oportunidades econômicas para a população e que o sucesso disso depende de uma série de políticas e medidas integradas, além do rigor na sua execução. Becker (2007, p. 141-142) afirma, com relação às políticas e obras de infra-estruturar, que: “Devem ser capazes de transformar estradas e energia em instrumentos não de depredação, mas de ordenamento do território e levar em conta as lições do passado e a complexidade atual da região.”

Além disso, é preciso ter consciência de que uma mega obra deve causar mega efeitos. Com as mega obras não só a natureza será transformada, mas a sociedade também será transformada. No caso das usinas hidrelétricas, Sevá Filho (2005a, p. 284) chama a atenção para o fato de que muitas vezes essas transformações são colocadas em segundo plano, visando-se a utilização de um rio apenas como se ele fosse uma jazida de megawatts:

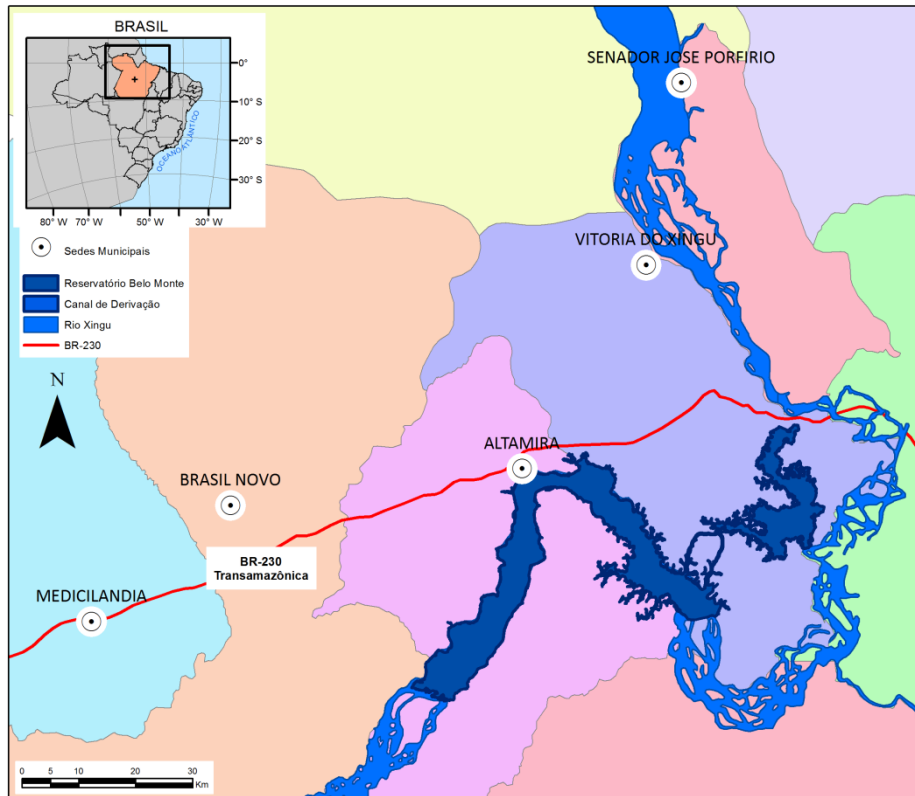
“Nas mega-obras, não somente a Natureza se transforma em outra coisa, mas a sociedade que ali vive... tornar-se-á outra! (...) São faces da mesma atitude radical: o rio, entidade física, biológica, vital, de muitas serventias, é visto pelos fanáticos da eletricidade apenas como uma **jazida de megawatts**; a sociedade local não passa de uma ‘interferência’, quando não empecilho, diante do projeto onipotente.” (Grifo nosso)

Para Sevá Filho (2005a), deve-se evitar chamar os resultados, efeitos ou desdobramentos de uma mega obra pela palavra impacto. Segundo afirma, isso vai no sentido de reconhecer que se trata de uma alteração de grande porte na natureza e uma transformação radical na sociedade e que, além disso, não é um evento fortuito ou casual (como num acidente onde existe um impacto entre os automóveis), mas sim um evento pensado segundo interesses de atores que podem ser identificados e cujos efeitos podem e devem ser apontados.

O projeto de Belo Monte pode ser definido por mega projeto seja pelo tempo que durará sua execução, seja pela quantidade de pessoas e municípios envolvidos, ou em função das reformulações que esse projeto sofreu desde o momento em que foi inicialmente pensado, entre os anos 1970-1980.

O processo todo de construção da usina está previsto para durar dez anos e ao todo serão 11 municípios afetados pelo projeto, incluindo os afetados diretamente (ADA), que são Altamira (área urbana e rural), Vitória do Xingu (rural) e Brasil Novo (rural), além daqueles cujas influências serão indiretas: Anapu, Senador José Porfírio, Pacajá, Gurupá, Medicilândia, Placas, Porto de Moz, Uruará (LEME, 2009). Na figura 1, pode-se ver a área a ser alagada, segundo o que foi planejado no RIMA, e os municípios em relação a essa área.

Figura 1 - Volta Grande e reservatório da Usina Belo Monte, como planejado, no Rio Xingu



Durante todo o processo de construção de Belo Monte ficou decidido, depois de acirrados debates judiciais que ameaçavam inviabilizar o projeto, que a empreiteira ou consórcio responsável deverá realizar diversas obras no município. Essas obras visam melhorar as condições de vida ou pelo menos impedir que ela piore, como por exemplo, as obras de saneamento, mobilidade interna, pavimentação, etc.

Deve-se ter em mente que a região receberá muitos migrantes dentre eles pessoas que irão trabalhar na construção e outras tantas que irão em busca das oportunidades indiretas ou dos empregos indiretos que ela deverá gerar.

Importante notar que a construção de uma usina hidrelétrica exige trabalhadores com diferentes perfis, em termos de especialização e qualificação da mão-de-obra. Atualmente, o processo está na primeira fase, onde se dá a preparação do terreno para a construção e a fase inicial das obras. Este é exatamente o momento no qual se utiliza potencialmente o maior volume de mão-de-obra não qualificada, ou com pouca qualificação, em parte composta por grupos de trabalhadores especializados (chamados de barrageiros) que acompanham as grandes construções.

Em termos do volume de mão-de-obra que será empregada no caso da usina de Belo Monte, o Relatório de Impacto Ambiental (LEME, 2009) fala que serão gerados 18 mil empregos diretos e 23 mil empregos indiretos no pico das

obras. Em termos atuais (baseados no censo 2010) esse número significa mais de 40% da população total do município de Altamira.

De forma geral, Belo Monte repete os mesmos erros históricos de outros grandes empreendimentos hidrelétricos, ao desconsiderar a gravidade das consequências sociais já experimentadas por outras populações e desconsiderar as especificidades socioculturais, econômicas e ambientais da região (SEVÁ FILHO, 2005b).

Com base nessa reflexão, é preciso ponderar sobre os efeitos do projeto para as populações locais, o que nem o EIA-RIMA da obra (LEME, 2009) e nem a avaliação crítica de Magalhães e Moral Hernández (2009) foram capazes de tratar com o devido rigor. Importante notar que se, por um lado, os autores não ponderaram o peso dos efeitos da usina sobre a população para mascarar a realidade, por outro, os autores da avaliação não levaram em conta o devido efeito sobre a população por não ter tido acesso aos pressupostos por detrás dos indicadores e a base de dados que foi utilizada pelo grupo elaborador do EIA-RIMA. No sentido de preencher essa lacuna, o plano de trabalho proposto por El Saifi e Dagnino (2011) defende uma análise focada nos efeitos de Belo Monte sobre a população de Altamira, levando-se em conta aspectos sociodemográficos, e enfocando os meios urbano e rural.

Defende-se que para melhor analisar a questão dos efeitos da barragem sobre a população, deve-se desdobrar essa questão ampla em algumas outras mais específicas. Propõem-se ao menos as seguintes:

- a) Como e onde ficarão as populações que residem nas áreas que serão atingidas diretamente (ribeirinhos e índios que estão na região que será alagada ou que vai secar)?
- b) Quais serão os efeitos para a atual população urbana de Altamira e região? Haverá uma urbanização sem cidadania?
- c) Após o término da obra, como ficará a população que já está e que ainda migrará para a região em função dela? Que empregos terão, como e onde se fixarão?

Respostas preliminares para essas questões podem ser dadas a partir de dados coletados em trabalho de campo realizado pelos autores em Altamira, em março de 2011. Nesta oportunidade observou-se que, em Altamira, município já com diversas carências, novos problemas sociais urbanos estavam emergindo e sobrepondo-se aos preexistentes. Observou-se que: (1) o crescimento demográfico em Altamira (de 28% entre 2000 e 2010, segundo o IBGE), até aquele momento, não estava sendo acompanhado das ações antecipatórias – e obrigatórias – que preparariam a região para receber a obra; (2) a deficiência nos serviços e equipamentos públicos estava se agravando –

ainda não existe coleta de esgoto no município e apenas 11% da população tem abastecimento de água (SNIS, 2009); (3) o custo de vida apresentava-se em constante alta, sendo exemplar os reajustes nos valores de imóveis nos últimos anos, sobretudo no último – foram muitos os relatos de casos de aluguéis que chegaram a duplicar ou até triplicar de valor na renovação de contrato; (4) houve incremento na falta de moradias e houve criação de novos bairros ilegais, obviamente desacompanhados de qualquer infraestrutura; (5) houve aumento do alcoolismo e do uso e tráfico de drogas, bem como da violência decorrente dessa questão; (6) tem sido crescente a incidência de problemas e acidentes de trânsito, que passaram a ser corriqueiros em função da intensificação do fluxo de veículos e da falta de manutenção das vias esburacadas, mal sinalizadas e sem semáforos até aquele momento; (7) o transporte público é praticamente inexistente, limitando, sobretudo, a mobilidade da população que vive nas áreas de expansão do município, cujo transporte se restringe a bicicletas, para quem as possui, ou a moto táxi ou táxi, para os que podem pagar. São milhares de pessoas que dependem desses meios diariamente para se deslocar em função do trabalho ou de outras eventuais necessidades.

Além desses problemas, mais ligados à questão urbana, o trabalho de campo revelou que outros relacionados à questão fundiária podem reemergir, na medida em que haverá: a) inchaço da cidade que poderá exercer pressão sobre Unidades de Conservação e Terras Indígenas, com possível redirecionamento de grileiros para essas áreas; b) possível surgimento de novos conflitos entre ribeirinhos e índios e deles com grileiros e madeireiros; c) novos focos de desmatamento em função da demanda de madeira para novas construções e da intensificação da concorrência entre madeireiros.

Sobre os problemas sociais ligados às grandes obras, Brito (2011) diz que não ocorrem à toa. As carências preexistentes no local em que se instalam impulsionam novos problemas. Rosana Baeninger, em entrevista para Brito (2011), declara que: "O bode expiatório acaba sendo a migração. O problema, na verdade, é que ela ocorre numa região onde já há uma sobreposição de carências" e que "Tem de ter um planejamento do município. Não pode deixar na mão de empreiteira, que jamais vai pensar na população".

De acordo com Brito (2011), além dos relatórios sobre os projetos subestimarem a quantidade de atraídos para as obras, as ações antecipatórias não são cumpridas, contribuindo para a persistência de um roteiro de caos trabalhista, violência, exploração sexual e pressão sobre saúde, educação e recursos naturais. Infelizmente, é possível que o mesmo roteiro de outras grandes obras se repita no caso de Belo Monte.

Considerações finais

Com base no que vimos antes podemos levantar alguns questionamentos que contribuem para definir se o projeto Belo Monte é um projeto de desenvolvimento:

1. O projeto de Belo Monte, enquanto projeto estratégico para a região, considera critérios éticos e socioculturais, sendo o critério econômico apenas um, de igual ou menor importância, dentre outros, como defende Kohlhepp (2002)?
2. O projeto visa contribuir para promover a autonomia política e econômica da população, como propõe Brandão (2011)?
3. Essa população tem sido encarada como sujeito do processo decisório, conforme Brandão (2011) enfatiza ser necessário?
4. Trata-se de um projeto que almeja e planeja um desenvolvimento de característica durável e com perfil distributivo, como Loureiro (2009) preconiza ser necessário a um projeto de desenvolvimento?
5. Está voltado prioritariamente para as necessidades das populações locais e/ou regionais - como Loureiro (2009) também afirma ser necessário - ou para as necessidades de incremento econômico das grandes corporações e do mercado global?
6. É compatível com o respeito à natureza e respeito às gerações futuras que precisarão da natureza para sua sobrevivência?
7. Tende a levar ao desaparecimento ou ao agravamento de problemas como desigualdade social, desemprego e pobreza, conforme defende Bueno Sánchez (1990)?

Enfim, esses são alguns dos questionamentos que podem ser feitos para avaliar o quanto um determinado projeto, e não apenas o projeto de Belo Monte, se aproxima ou se afasta do que se deseja de um projeto de desenvolvimento. Quanto maior o número de critérios respeitados, poder-se-ia afirmar que maior é a probabilidade desse projeto se aproximar do que idealmente se defende aqui como sendo promotor do desenvolvimento de uma dada sociedade.

Entretanto, com relação à Belo Monte, de maneira resumida, pode-se responder a essa pergunta afirmando que o projeto desconsidera os critérios éticos, na medida em que o Estado manipula processos legais para permitir a concessão de licenças para construção da barragem; desconsidera também o critério da relevância para a população local, na medida em que esta população não está suficientemente esclarecida e nem compartilha

majoritariamente desse projeto, além do fato de desconsiderar as necessidades e o saber das populações indígenas e ribeirinhas que serão diretamente atingidas; e, obviamente, desconsidera o critério da compatibilidade com o meio ambiente. Desta forma, avalia-se que Belo Monte não é um projeto voltado ao desenvolvimento regional, muito menos ao desenvolvimento adaptado às características ecológicas e às necessidades socioeconômicas da população envolvida.

Com base nessa leitura do Projeto, afirma-se que se trata de um projeto de inversão de capital voltado para os interesses do grande capital nacional e internacional, na medida em que, de acordo com especialistas, só se justifica se for para fornecer energia a mega projetos de mineração na região, com vistas a elevar as exportações de commodities minerárias, o que significa concentrar e especializar ainda mais a economia da região.

Ao invés de continuar por este caminho, há a vertente que defende que deve haver uma diversificação da economia. A diversificação e o fortalecimento da economia e do poder locais passam pela transformação de um projeto de inversão de capitais para um projeto de desenvolvimento. Para tanto, faz-se necessário uma série de ajustes que, como mostrou Breitbach (2005) podem ser úteis tanto nacional como internacionalmente. Nesse sentido concorda com Becker (2007), pois uma estrutura diversificada e baseada em recursos endógenos se apresenta como uma alternativa a ser reconhecida como válida para fazer face ao comportamento errático dos mercados internacionais.

Além disso, a diversificação pode contribuir para aprofundar a integração do tecido industrial local, tendo em vista que uma região diversificada tende a ser mais adaptável e mais flexível às mudanças econômicas do que uma região altamente especializada (BREITBACH, 2005).

Nesse sentido é importante notar que uma publicação recente, patrocinada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), do Ministério do Meio Ambiente, traz o debate da promoção do desenvolvimento local para o âmbito das Unidades de Conservação. Esse debate é especialmente relevante para a região de Altamira, em que grande parte do território é formado por Unidades de Conservação ou Terras Indígenas, que muitas vezes são encaradas como entraves para o desenvolvimento. O trabalho editado por Medeiros et al (2011) mostra que o papel das Unidades de Conservação (UCs) não é facilmente internalizado na economia nacional apesar das UCs fornecerem bens e serviços que satisfazem várias necessidades, inclusive produtivas, da sociedade brasileira. Isso se deve, entre outras coisas, por se tratar de produtos e serviços em geral de natureza pública, cujo valor não é percebido pelos usuários pelo fato deles não pagarem diretamente pelo seu consumo ou uso.

Quanto a este ponto, é preciso mencionar que a questão acima apresentada não é nada simples de ser resolvida. Antes disso, envolve uma necessidade de desconstrução de paradigmas que por largo tempo foram, e ainda são hegemônicos; no caso, o paradigma de desenvolvimento atrelado ao crescimento econômico e ao aumento nos indicadores de consumo por parte da população.

Para além de questões partidárias e ideológicas, percebe-se que, para parte da sociedade e do Estado, ainda não é comum atrelar ao conceito de desenvolvimento o respeito aos elementos culturais de um povo e, mesmo que em menor proporção, o bem-estar social desse povo. Esse debate é apresentado também por Loureiro (2009), que afirma que tais aspectos são comumente negligenciados. São eles considerados menos importantes frente aos indicadores econômicos. Entretanto, para Loureiro (2009), apesar das dificuldades estruturais e fatores restritivos que o modelo hegemônico impõe à possibilidade de outra visão de desenvolvimento - baseada em princípios éticos e de solidariedade social - se tornar hegemônica, é possível e factível a emergência desse novo desenvolvimento. Afirma que isso ocorre por caminhos novos, apoiados nas práticas e saberes tradicionais e locais aliados aos conhecimentos científicos. Loureiro (2009, p.235) afirma:

“enquanto o desenvolvimento hegemônico volta-se cada vez mais para o global, o foco do desenvolvimento alternativo ou de outro desenvolvimento está centrado mais em possibilidades locais, reporta-se a populações reais que se encontra hoje num espaço definido, no caso, o amazônico”.

Também é preciso refletir sobre a distinção das escalas no que concerne à realização de ações e do comando das ações. Brandão (2011, p.8) chama a atenção justamente para o fato de que as decisões concernentes a esses grandes projetos na Amazônia, muitas vezes são tomadas a uma grande distância do local onde são executados os projetos.

É bom reforçar que, para Loureiro (2009, p. 234), a possibilidade de desenvolvimento alternativo – “de característica durável e com perfil distributivo, capaz de promover mais inclusão que exclusão, com acento na justiça social e no respeito às diferenças” – não é algo puramente utópico, mas sim exequível e que, inclusive, já vem sendo vivenciada por diversos grupos sociais da região amazônica, envolvendo esforços da sociedade civil e do Estado.

Cabe ao final lembrar um trecho de Leroy e Acselrad (2009, p.204), que alertam que não se pode chamar de desenvolvimento algo que, em nome do progresso, possa sacrificar os grupos sociais minoritários:

“Sem esperar que tenhamos uma proposta acabada, impõe-se neste momento juntar a nossa voz aos numerosos e fortes, apesar de ignorados, questionamentos ao caminho de desenvolvimento até aqui trilhado. Nenhum ‘desenvolvimento’ pode se construir ao custo do sacrifício de grupos sociais, sempre apresentados como minorias, sob pretexto de satisfazer as necessidades do progresso.”

Referências

ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade e articulação territorial do desenvolvimento brasileiro. II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul, RS. 28 setembro a 01 de outubro, 2008. 47p. Disponível em <http://www.ettern.ippur.ufrj.br/publicacoes/68/sustentabilidade-e-articulacao-territorial-do-desenvolvimento-brasileiro>. Acesso em 15 de setembro de 2011.

ANGELO, Claudio. Impacto social das construções costuma ser ignorado no país. Folha de São Paulo. 24 de julho de 2011. São Paulo, 2011.

BECKER, Bertha. Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro, Garamond. 2007 [1ª ed. 2004].

BRANDÃO, Carlos. Visões teóricas sobre desenvolvimento regional e a questão das escalas (mundial, nacional, subnacional e local) nas políticas regionais contemporâneas. Material didático do curso “Territorialidade e Políticas Públicas no Brasil”. ENAP, Brasília, 2 de maio de 2011. 25p.

BREITBACH, Aurea. Entre especialização e diversificação industrial: por um desenvolvimento regional durável. Perspectiva econômica on line, 1(2): 1 - 30, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.perspectivaeconomica.unisinos.br/pdfs/40.pdf>. Acesso em 15 de setembro de 2011.

BUENO SÁNCHEZ, Eramis. Efectos demograficos de proyectos de desarrollo. Aproximación al problema. In: CELADE - Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía. Efectos demograficos de grandes proyectos de desarrollo. San José, Imprenta Nacional, 1990. 350p. (p. 3-13)

BRITO, Adriano. Sobreposição de carências facilita os problemas. Folha de São Paulo. 24 de julho de 2011. São Paulo, 2011.

CMB - COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. Barragens e desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões. In: SEVÁ FILHO, A. O. (Org.) Tenotã Mõ: alertas sobre as conseqüências dos projetos de hidrelétricas no Rio Xingu. São Paulo: IRN - International Rivers Network, 2005.

p. 301-314. Disponível em: <<http://www.fem.unicamp.br/~seva>>. Acesso em: 15/07/2011.

EL SAIFI, Samira; DAGNINO, Ricardo. Pensando os efeitos dos grandes projetos hidrelétricos na Amazônia brasileira sobre a população local: (re)emergência do caso e do descaso com a Usina Belo Monte, em Altamira (Pará). II POSDEM - Encontro Nacional de Pós-Graduação em Demografia e Áreas Afins, Rio de Janeiro, setembro de 2011.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. *Estud. av.*, São Paulo, v. 16, n. 45, Aug. 2002.

LEME ENGENHARIA. Relatório de Impacto Ambiental (Rima): Aproveitamento hidrelétrico Belo Monte. Elaborado por Leme Engenharia para a Eletrobrás e Ministério de Minas e Energia. Maio de 2009.

LEROY, Jean-Pierre; ACSELRAD, Henri. Por avaliações sócio-ambientais rigorosas e responsáveis dos empreendimentos que impactam o território e as populações. (p. 201-212) In: MAGALHÃES, Sônia; MORAL HERNÁNDEZ, Francisco. Relatório do Painel de Especialistas. Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém, 29 de setembro de 2009. 230p. Disponível em: http://www.fase.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/Belo_Monte_pareceres_Painel.pdf. Acesso em 16 de agosto de 2010.

LOUREIRO, Violeta R.. A Amazônia no século XXI – novas formas de desenvolvimento. São Paulo, Editora Empório do Livro, 2009.

MAGALHÃES, Sônia; MORAL HERNÁNDEZ, Francisco. Relatório do Painel de Especialistas. Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém, 29 de setembro de 2009. 230p.

MEDEIROS, R.; YOUNG, C.; PAVESE, H.; ARAÚJO, F. (Editores) Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Sumário Executivo /. – Brasília: UNEP-WCMC, 2011. 44 p. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/images/stories/comunicacao/estudocontribuicao.pdf>. Acesso em 15 de setembro de 2011.

MOREIRA NETO, Carlos. A questão indígena. In: A Amazônia brasileira em foco. CNDDA - Campanha Nacional de Defesa e Desenvolvimento da Amazônia, n. 19, Rio de Janeiro. 1993. (p.144-146)

SEVÁ FILHO, A. O. Conhecimento crítico das mega-hidrelétricas: para avaliar de outro modo alterações naturais, transformações sociais e a destruição dos monumentos fluviais. In: SEVÁ FILHO, A. O. (Org.) Tenotã Mõ: alertas sobre as conseqüências dos projetos de hidrelétricas no Rio Xingu. São Paulo: IRN -

International Rivers Network, 2005a. p. 281-295. Disponível em: <<http://www.fem.unicamp.br/~seva>>. Acesso em: 16/09/2007.

SEVÁ FILHO, A. O. (Org.) Tenotã Mã: alertas sobre as conseqüências dos projetos de hidrelétricas no Rio Xingu. São Paulo: IRN – International Rivers Network, 2005b. Disponível em: <<http://www.fem.unicamp.br/~seva>>. Acesso em: 15/07/2011.

SEVÁ FILHO, A.O.; ARAÚJO, R.; DE PAULA, A. A eletricidade gerada em Tucuruí: para onde? para quê? In: SEVÁ FILHO, A. O. (Org.) Tenotã Mã: alertas sobre as conseqüências dos projetos de hidrelétricas no Rio Xingu. São Paulo: IRN - International Rivers Network, 2005c. p. 135-144.

SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Aplicativo Série Histórica 9. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Brasília, 2011.

VALVERDE, Orlando. Ecologia e impactos de grandes projetos. In: A Amazônia brasileira em foco. CNDDA - Campanha Nacional de Defesa e Desenvolvimento da Amazônia, n. 19, Rio de Janeiro. 1993. (p.136-144)